

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.590.737 - CE (2019/0289315-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
AGRAVANTE : JACINETE VENANCIO PEREIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu o recurso especial pela incidência da Súmula 7 do STJ.

No presente agravo, a defesa sustenta que a análise da pretensão recursal não demanda reexame probatório, mas a correta aplicação da legislação federal tida por contrariada.

Pugna pelo provimento do agravo para que o recurso especial seja conhecido e, no mérito, provido.

Contraminuta não apresentada, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do agravo.

É o relatório.

DECIDO.

O agravo é tempestivo e ataca os fundamentos da decisão agravada. Passo, portanto, à análise do mérito recursal.

A recorrente, pronunciada como incurso no art. 121, § 2º, II e IV, do CP, sustenta contrariedade aos arts. 156 e 414 do CPP, aduzindo, além de insuficiência de provas para embasar a sentença de pronúncia e da indevida inversão do ônus probatório, necessidade de afastamento das qualificadoras. Argumenta que, conforme a jurisprudência pátria, o ciúme não caracteriza motivo fútil.

No que se refere ao pleito de impronúncia, o acórdão recorrido foi assim fundamentado (fls. 229-233):

Conforme a Denúncia (fls. 1/6), no dia 08 de dezembro de 2007, por voltas das 6 horas, na Rua Maranguape, 1578, bairro Santa Cecília, nesta Capital, a denunciada portando instrumento perfuro contundente (pedaço de caibro), ceifou a vida de Emanuela Santiago da Silva, consoante laudo cadavérico acostado aos autos.

Observa-se que a Sentença (fls. 162/168) pronunciou a acusada como incurso nas sanções art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal, determinando seu julgamento pelo Tribunal do Júri, em consonância com o disposto no art. 413, do Código de Processo Penal.

Busca a Defesa a reforma da Decisão que pronunciou a recorrente, de modo a impronunciá-la nos termos do art. 414, do CPP, alegando ausência de indícios suficientes de autoria e participação capazes de formar a culpa da acusada. Aduz

Superior Tribunal de Justiça

que "os indícios de autoria não se confundem com meras conjecturas, porque aqueles são sensíveis, reais, enquanto estas, muitas vezes, fundam-se em criação da imaginação, não provada, e, portanto, insuficiente para a pronúncia"(fl. 180). Os indícios apontados pela Julgadora de piso são vagos, frágeis e imprecisos, não legitimando a Pronúncia.

Pois bem.

É sabido que a decisão de pronúncia se destina a filtrar a imputação, exercendo a função de encaminhar à apreciação do Tribunal Popular tão somente os casos que detenham provas mínimas a gerar dúvida razoável quanto ao convencimento do julgador, em obediência ao princípio *in dubio pro societate*, como juízo de admissibilidade da acusação.

Sendo a sentença de pronúncia baseada em juízo de suspeita, e não de certeza, ainda que haja dúvida, deve o juiz proferir a sentença de pronúncia em desfavor do acusado, em conformidade com o princípio *in dubio pro societate*, que rege o processo penal em fase de pronúncia.

Importante esclarecer que a decisão de pronúncia meramente encerra um conteúdo declaratório em que o magistrado proclama a admissibilidade da acusação e a possibilidade do julgamento, que deve respaldar-se de provas suficientes tanto para absolver, como para condenar, e cujo resultado conclusivo dependerá do juízo de valor advindo da análise desse conjunto probatório, quando da submissão do acusado a julgamento pelo Conselho de Sentença, por força de norma constitucional prevista no art. 5º, XXXVIII, da CF/88.

Com efeito, explana Guilherme Nucci, que o *in dubio pro societate*:

“[...] tem o sentido eficiente de indicar ao juiz que a decisão de pronúncia não é juízo de mérito, porém de admissibilidade. Por isso, se houver dúvida razoável, em lugar de absolver, como faria em um feito comum, deve remeter o caso à apreciação do juiz, natural, constitucionalmente recomendado, ou seja, o Tribunal do Júri.”

Em sintonia, colaciono o entendimento sedimentado da jurisprudência desta Corte de Justiça:

"[...] Como é de conhecimento, nos processos de competência do Tribunal do júri, cabe à Corte Popular, juiz natural dos crimes dolosos contra a vida e soberana em seus veredictos, apreciar os fatos (CF, art. 5º, XXXVIII, "c"). 3. Sabe-se, outrossim, que para fundamentar a decisão de pronúncia e submeter o acusado ao Conselho de Sentença, basta que o magistrado esteja "convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria" (CPP, art. 413). 4. Havendo nos autos elementos de convicção suficientes que demonstram a materialidade do fato e os indícios de autoria, impõe-se a pronúncia dos réus, na medida em que prevalece, nesta fase processual, o princípio *in dubio pro societate*, para que a tese de estrito cumprimento do dever legal seja submetida ao Tribunal Popular do Júri. [...]" (RESE nº 0058908-54.2013.8.06.0001, Rel. Des. José Tarcílio Souza da Silva, 3ª Câmara Criminal. Julgado em 04/09/2018). (grifo nosso)

Neste contexto, sendo essa decisão mero juízo de admissibilidade, deve o juízo *a quo* limitar-se à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios

suficientes de autoria ou de participação do acusado no crime, bem como aferir as circunstâncias qualificadoras do crime e as causas de aumento de pena, conforme preleciona o art. 413, § 1º, do CPP.

Analisando a Decisão recorrida de fls. 162/168, constata-se incorreta, acertada e dentro dos parâmetros de legalidade, ao passo que examinou o conjunto probatório até então produzido, restando certa a materialidade do delito, comprovada por provas testemunhais e pelo Laudo Cadavérico nº 211033 acostado às fls. 26/27, prova inconteste do crime. Quanto aos indícios de autoria, possuem respaldo nas provas e testemunhos produzidos na fase inquisitorial e em Juízo, que corroboram com a tese de que a recorrente teria, supostamente, concorrido para a morte da vítima. Assim, para referida análise e com o fito de evitar qualquer tipo de redundância, transcreve-se parte da Sentença de Pronúncia, no que se relaciona aos indicativos mínimos de autoria, os quais utilizo como razões de decidir (fls. 164/165):

"No que se refere aos indícios de autoria, as provas foram suficientes em demonstrar a denunciada como provável autora da infração. Nos vários depoimentos colhidos durante a fase administrativa, ainda que pese não haver testemunhas presenciais, todos os depoimentos apontam a acusada como autora do crime ora apurado. Cumpre ainda esclarecer que os depoentes abaixo destacados estavam presentes na casa da acusada durante a noite que antecedeu ao crime. Vejamos:

'QUE todos comentavam na rua que quem tinha matado Emanuela tinha sido 'Jacinete', que sabe que dias antes, Emanuela tinha tido uma briga violenta com Jacinete e esta tinha ferido Emanuela no rosto. 'Quebrando a venta da mesma'; QUE dias após, ficaram amigas novamente; QUE comentam que vizinhos ouviram os gritos de 'Emanuela' e logo após presenciaram Jacinete 'muito doida', indo em direção a casa da mãe da mesma" (FRANCISCO CARLOS DE OLIVEIRA SILVA, fls.12)

A referida testemunha ao ser reinquirida pela autoridade policial às fls. 38, informa: 'QUE não sabe quem presenciou o crime, mas todos do bairro comentavam que a autora do crime teria sido Jacinete'.

Em sequência, verifica-se o depoimento de FRANCISCA LEIDIANE DE OLIVEIRA SILVA, a qual às fls. 14 afirma:

'QUE soube da morte somente pela manhã e o comentário era que Emanuela foi morta por Jacinete; QUE presenciou, certo dia, uma briga entre Jacinete e Emanuela, sendo que Jacinete lesionou Emanuela com um murro no rosto, quebrando o nariz da mesma.'

LÚCIO SILVA RIBEIRO, às fls. 15, narra:

'QUE presenciou uma briga entre Jacinete e Emanuela, na qual, e nesta discussão, Jacinete agrediu Emanuela e jurou a mesma de morte, dizendo que 'iria matá-la e pendurar o pescoço da mesma na porta'; QUE o comentário da rua é que realmente, Jacinete tinha matado Emanuela.'

Às fls. 37, FRANCISCO MARIANO NETO descreve:

'QUE Jacinete era usuária de droga e de vez em quando chegava a ameaçar Emanuela, dizendo que caso ela se envolvesse com algum rapaz que ela gostasse lhe quebraria toda; (...) QUE viu a vítima no velório e percebeu que

Superior Tribunal de Justiça

ela havia sido morta por espancamento, pois pelo fato dela ter a pele branca dava para perceber os hematomas; QUE Emanuela estava com vários hematomas no rosto e na cabeça; QUE ouviu de populares que Jacinete, talvez acompanhada de um parceiro, tenha tirado a vida de Emanuela e acredita nessa possibilidade porque a única pessoa que ameaçava Emanuela era Jacinete.'

Por fim, FRANCISCO ROGÉRIO DE BRITO (fls. 51), acrescenta:

'QUE por volta das 22:30 horas foi embora com seu primo, pois estava bebendo desde cedo e já se sentia pesado; QUE quando foi embora muita gente ficou na casa bebendo; QUE foi diretamente para casa dormir e no outro dia, por volta das 07:00 horas soube que Emanuela estava morta; QUE foi a casa de Jacinete e lá encontrou a vítima morta no sofá; QUE a vítima estava com uma marca de fio no pescoço e um fio de televisão em cima do corpo dela; QUE não lembra de ter visto hematoma no rosto da vítima; QUE nesse momento já havia várias pessoas lá e Jacinete não se encontrava mais lá; QUE lá na casa todos comentava que Jacinete teria sido a autora desse crime.'

Cabe ainda colacionar o depoimento de LUANA NAYARA FERREIRA DA COSTA (fls. 50), a qual, embora não conhecesse a denunciada, assevera:

'QUE soube que Emanuela estava com marcas de agressão e com um fio enrolado seu pescoço; QUE todo mundo comentava que a autora do crime teria sido uma amiga de Emanuela chamada Jacinete, a qual não conhece; QUE ouviu falar que Emanuela e Jacinete se agrediram fisicamente em via pública uma semana antes do assassinato;'

A genitora da vítima também foi ouvida na instrução e relatou os mesmos fatos e circunstâncias descritos pelas testemunhas anteriormente referidas, ressaltando ainda acreditar ter sido o móvel do crime o relacionamento de Emanuela com o ex-marido de JACINETE.

No que tange à autoria, em que pesem os argumentos lançados pela Defesa e a versão apresentada pelas testemunhas, quando inquiridas em ambas as fases procedimentais, verifico a existência de indícios suficientes para ensejar a pronúncia da ré Jacinete Venâncio Pereira, especialmente, pela prova oral colhida no curso da instrução. **Analisando as provas constantes nos autos, verifica-se que, embora a recorrente negue os fatos que lhe são imputados, as testemunhas indicam a possibilidade de ter a acusada praticado a empreitada criminoso por motivo fútil, que culminou com a morte da vítima.**

Neste contexto, apenas a prova incontroversa da materialidade ou indícios de autoria, nos termos do art. 414 do CPP poderia ensejar a impronúncia ou a absolvição sumária da acusada e a consequente subtração do caso ao julgamento pelo Júri Popular. Se o acervo probatório não permite, de plano, a impronúncia, absolvição sumária ou desclassificação, deve-se manter a Pronúncia, ficando para o Conselho de Sentença a decisão final. Se o julgador já pudesse na fase de pronúncia fazer uma análise completa das provas dos autos e formar um juízo conclusivo, não haveria razão para manutenção do Conselho de Sentença, que ficaria completamente desvirtuado.

Desse modo, **considerando demonstradas a materialidade e havendo ao menos indícios suficientes de autoria delitiva a indicar a possibilidade de Jacinete Venâncio Pereira ter cometido os fatos narrados na Denúncia, inviável a absolvição sumária, a desclassificação ou a impronúncia nesse momento.**

Destarte, colaciono o entendimento desta Egrégia Corte sobre o tema:

"Não merece reproche a decisão de pronúncia que a partir do exame da prova dos autos verificou a existência da materialidade do crime e suficientes indícios de autoria, cabendo ao Conselho de Sentença a incumbência de valorar as provas e decidir sobre a procedência ou não das imputações que pesam contra os recorrentes, sob pena de indevida usurpação da competência constitucionalmente assegurada ao Tribunal do Júri para julgar os crimes contra a vida. [...]" (RESE nº 0069896-37.2013.8.06.0001, Rel(a). Des(a). Maria Edna Martins, 1ª Câmara Criminal. Julgado em 11/11/2018). (grifo nosso)

Portanto, verificando que foram devidamente apontados a materialidade e indícios de autoria delitiva, revelam-se descabidas as pretensões aqui formuladas.

Nesse passo, com relação à pretensão da Defesa de desclassificar a acusação que pesa sobre a ré de homicídio qualificado para o simples, na fase de Pronúncia, com a exclusão das qualificadoras previstas no art. 121, § 2º, incisos II e IV, do CP, só é possível quando comprovadamente improcedente, o que não é a hipótese dos autos.

De início, ressalto que, conforme a jurisprudência pacífica desta Corte, a sentença de pronúncia não encerra juízo de procedência acerca da pretensão punitiva, tão somente viabilizando a competência para o Tribunal do Júri, que decidirá a lide de acordo com os elementos probatórios produzidos, na hipótese de razoável grau de certeza da imputação. A propósito:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO. MOTIVO TORPE. AUSÊNCIA DA QUALIFICADORA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. MERO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O acolhimento da tese recursal, no sentido de se afastar a qualificadora do art. 121, § 2º, inciso I, do CP (motivo torpe), implicaria o necessário reexame do contexto fático probatório, o que não se admite na via do recurso especial, tendo em vista o óbice da Súmula n. 7 desta Corte.

2. É a pronúncia reconhecimento de justa causa para a fase do júri, com a presença de prova da materialidade de crime doloso contra a vida e indícios de autoria, não representando juízo de procedência da culpa.

3. Somente se admite a exclusão das qualificadoras, na sentença de pronúncia, quando manifestamente improcedentes, o que, na espécie, de acordo com a

Superior Tribunal de Justiça

moldura fática delineada no aresto, não se permite concluir.

4. Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp 753.249/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 07/06/2016, DJe 17/06/2016).

Dessume-se da fundamentação supra que a Corte *a quo* concluiu, com especial apoio nos depoimentos das testemunhas e na prova pericial, pela existência de provas da materialidade e de indícios suficientes da autoria delitiva em desfavor da acusada, de forma que, para se chegar à conclusão diversa das instâncias ordinárias, seria necessário o reexame de todo o conjunto fático-probatório, o que é vedado em recurso especial, tendo em vista o óbice da Súmula 7/STJ. Confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE ARGUMENTOS NOVOS PARA ATACAR A DECISÃO IMPUGNADA. PRONÚNCIA. SUPORTE PROBATÓRIO. INSUFICIÊNCIA. EXAME APROFUNDADO DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. PROVA DECORRENTE DA FASE INQUISITIVA. POSSIBILIDADE.

1. Concluindo as instâncias ordinárias, soberanas na análise das circunstâncias fáticas da causa, pela existência de indícios suficientes para embasar um juízo de pronúncia, em desfavor do recorrente, o enfrentamento dessa conclusão exigiria revolvimento aprofundado da prova, vedado em recurso especial, a teor da Súmula n. 7 do STJ.

2. A jurisprudência desta Corte admite que os indícios de autoria imprescindíveis à pronúncia, que configura mero juízo de admissibilidade da acusação, decorram dos elementos probatórios colhidos ainda na fase inquisitorial, não havendo falar em violação ao art. 155 do CPP.

3. Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp 252.736/ES, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 05/02/2015, DJe 20/02/2015).

Quanto às qualificadoras imputadas, extrai-se do acórdão recorrido (fls. 233-234):

Quanto ao pedido de decote das qualificadoras, verifico que melhor sorte não à Defesa.

Conforme se percebe pelas provas dos autos, existem vestígios de que o crime foi cometido por motivo fútil, uma vez que a recorrente ceifou a vítima em razão de ciúmes. Senão vejamos a tese argumentativa da douta Julgadora de piso ao qualificar o crime (fl. 166):

"No que se refere à qualificadora de utilização de recurso que impossibilitou a defesa da vítima, os elementos de prova reunidos durante a tramitação do inquérito policial e também em juízo, dão ensejo a hipótese de que a vítima fora atacada depois de adormecer. Seja com a utilização de um fio para enforcamento, seja com o objeto

contundente causador do traumatismo crânio-encefálico, em ambas as hipóteses restaria impossibilitada a defesa por parte da vítima.

De outra ponta, tenho que o contexto probatório oferece ensanchas à qualificadora da motivação fútil, consistente em um desafeto por motivo banal (ciúmes), entre a acusada e a vítima, ressaltando ainda que a suposta pessoa objeto de ciúmes não mais relacionava-se com a ré, a qual ainda assim nutria tal sentimento de rancor." (grifo nosso)

Portanto, só é possível a exclusão de qualificadoras, quando houver prova cabal e incontestada de sua desvinculação com o fato criminoso, isto porque, nessa fase prevalece a dúvida em favor da sociedade. As qualificadoras propostas na denúncia somente podem ser afastadas quando, de forma inequívoca, mostrarem-se absolutamente improcedentes. Caso contrário, havendo indícios da sua existência e incerteza sobre as circunstâncias fáticas, deve prevalecer o princípio *in dubio pro societatis*, cabendo ao Tribunal do Júri manifestar-se sobre a ocorrência ou não de tais circunstâncias."(STJ. Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura. Resp 1716715/RS. Julgado em 26/06/2018).

Em sintonia, colaciono o entendimento sedimentado da jurisprudência desta Corte de Justiça:

"[...] As circunstâncias qualificadoras só podem ser excluídas da apreciação do Júri quando manifestamente improcedentes, conforme disposição expressa da súmula 03 do TJ-CE: 'As circunstâncias qualificadoras constantes da peça acusatória somente serão excluídas da pronúncia quando manifestamente improcedentes, em face do princípio *in dubio pro societate*.' [...]"(RESE nº 0078349-21.2013.8.06.0001, Rel. Des. Henrique Jorge Holanda Silveira, 3ª Câmara Criminal. Julgado em 16/10/2018). (grifo nosso)

Conforme cediço, somente se admite a exclusão de qualificadoras ou agravantes da pronúncia quando manifestamente improcedentes ou descabidas, sob pena de afronta à soberania do Júri.

No caso, o Tribunal *a quo*, mediante análise das provas dos autos, concluiu que os elementos trazidos aos autos não permitiriam excluir as qualificadoras imputadas, porquanto não se mostrariam manifestamente improcedentes.

Com efeito, consigna o acórdão, no que tange ao recurso que impossibilitou a defesa da vítima, que as provas produzidas *dão ensejo a hipótese de que a vítima fora atacada depois de adormecer*, asseverando que, no contexto, *seja com a utilização de um fio para enforcamento, seja com o objeto contundente causador do traumatismo crânio-encefálico, em ambas as hipóteses restaria impossibilitada a defesa por parte da vítima.*

Já no que se refere à motivação do crime, considerou-se que *o contexto probatório oferece ensanchas à qualificadora da motivação fútil, consistente em um desafeto por motivo banal (ciúmes), entre a acusada e a vítima, ressaltando ainda que a suposta pessoa objeto de ciúmes não mais*

Superior Tribunal de Justiça

relacionava-se com a ré, a qual ainda assim nutria tal sentimento de rancor.

Assim, tem-se que a revisão do entendimento das instâncias ordinárias, de sorte a se acolher o pleito defensivo, demandaria necessário revolvimento das provas dos autos, o que esbarra na já mencionada Súmula 7/STJ. Confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRONÚNCIA. ALEGADA FALTA DE INDÍCIOS DA AUTORIA DELITIVA E PLEITO DE EXCLUSÃO DA QUALIFICADORA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE NO ÂMBITO DE RECURSO ESPECIAL. ALEGADA VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. INADMISSIBILIDADE.

1. As pretensões recursais de que não haveria, para embasar a pronúncia, indícios mínimos da autoria delitiva e da qualificadora referente à utilização de recurso que dificultou a defesa do ofendido, demandariam imprescindível reexame dos elementos fático-probatórios dos autos, o que é defeso no âmbito do recurso especial, em virtude do disposto na Súmula n. 7 desta Corte.

[...]

4. Agravo regimental desprovido (AgRg no AREsp 902.047/BA, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 06/11/2017).

Por fim, saliente-se que este Superior Tribunal firmou entendimento no sentido de que compete ao Conselho de Sentença decidir, no caso concreto, se o ciúme configura ou não a qualificadora imputada. Nesse entendimento:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL.

INTERPOSIÇÃO. DIVERGÊNCIA PRETORIANA. REQUISITOS. ART. 255, § 2º, RISTJ. ATENDIMENTO. NECESSIDADE. OFENSA A LEI OU DISPOSITIVO FEDERAL. PREQUESTIONAMENTO. IMPRESCINDIBILIDADE. SÚMULAS N. 282 e 356 DO STF. HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO. AFASTAMENTO DAS QUALIFICADORAS. INVIABILIDADE. SÚMULAS N. 7 E 83 DO STJ. NULIDADE. DEFICIÊNCIA DE DEFESA. PEDIDO ABSOLUTÓRIO GENÉRICO NA DEFESA PRÉVIA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[...]

4. Havendo nos autos elementos probatórios a sustentar a incidência das qualificadoras alinhavadas na denúncia, cabe ao Tribunal do Júri, juiz natural da causa, e não ao Juízo togado, dirimir eventual incerteza a respeito da dinâmica dos fatos, inclusive se o agente teria agido imbuído por ciúme e se tal sentimento teria natureza fútil, torpe ou incidiria como um privilégio do crime.

[...]

Superior Tribunal de Justiça

6. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp 1267293/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 14/03/2017).

PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. DECISÃO DE PRONÚNCIA. MOTIVO TORPE. CIÚMES. AFASTAMENTO EM SEDE DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. IMPROPRIEDADE. MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Hipótese em que a instância de origem decidiu pelo afastamento da qualificadora do motivo torpe, sob o entendimento de se tratar de adjetivadora manifestamente improcedente.

2. **Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que "cabe ao Tribunal do Júri decidir, no caso em concreto, se o ciúme configura ou não a qualificadora de motivo torpe". (AgRg no AREsp 1.128.138/MG, Relator Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 27/09/2017).**

3. Esta Corte detém o entendimento de que as qualificadoras somente podem ser afastadas quando se revelarem manifestamente improcedentes.

4. Recurso provido. (REsp 1706918/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 09/05/2018)

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLEITO DE EXCLUSÃO DA QUALIFICADORA DO MOTIVO TORPE. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Nos delitos de competência do Tribunal do Júri, somente se excluem as qualificadoras manifestamente improcedentes, sob pena de invasão da competência do Conselho de Sentença.

2. A exclusão de qualificadora demanda o revolvimento do conjunto fático probatório dos autos, procedimento inviável ante o enunciado da Súmula n. 7 - Superior Tribunal de Justiça.

3. **Esta Corte possui jurisprudência no sentido de que, a depender do contexto, o ciúme pode caracterizar o motivo torpe que qualifica o crime de homicídio, cabendo ao Tribunal do Júri tal valoração, caso a caso. Precedentes.**

Agravo regimental desprovido (AgRg no AREsp 1134833/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 01/02/2018)

Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

